

Ciência para o desenvolvimento

Para alcançar seus objetivos de desenvolvimento sustentado e competitividade econômica global, o Brasil não pode abrir mão das contribuições do conhecimento científico e tecnológico. Diante dessa realidade inexorável, estamos preparando o sistema de ciência e tecnologia (C&T) do país, para que responda rapidamente ao desafio.

Precisamos nos valer dos exemplos em que mostramos competência ao aliar C&T com produção econômica. Para se tornar líder mundial na identificação e prospecção de petróleo em águas superprofundas, a Petrobras se vale de seu centro de pesquisas e de dezenas de universidades brasileiras.

O êxito da Embraer está ligado às contribuições do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e do Centro Técnico de Aeronáutica (CTA). Já os altos índices de produtividade da nossa agropecuária têm origem na Embrapa e nas faculdades de ciências agrárias e veterinárias. As pesquisas que realizamos possibilitaram o surgimento de uma agricultura tipicamente tropical.

Trabalhamos agora para estender esses modelos exitosos aos setores industrial e de serviços de modo amplo, para termos a inovação tecnológica como atividade central da nossa economia. Para isso, contamos com políticas públicas recentes e com a sólida base científica nacional.

Entre as políticas públicas, destacam-se o Plano Brasil Maior (PBM), que expressa a política industrial do governo Dilma Rousseff, e a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), definida no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Já a nossa base científica apresenta virtudes importantes, como um amplo sistema de formação de doutores, atuação em um número significativo de áreas e uma produção de conhecimento considerável.

Mas, se já alcançamos a 13ª posição no ranking mundial de produção científica, ultrapassando países de maior tradição na área, como Rússia e Holanda, nos rankings de inovação ainda ocupamos posições periféricas. É para melhorar - e muito - nossa capacidade inovativa que o MCTI vem adotando uma série de providências.

Uma delas é estimular o desenvolvimento de novas tecnologias, especialmente em setores estratégicos como petróleo e gás, energias renováveis, aeroespacial, TI e defesa, e em áreas como nanotecnologia e biotecnologia.

Outra providência é dotar a base científica de estruturas que sirvam para atender as necessidades tanto da academia como da indústria. A construção de novos laboratórios, o alinhamento dos institutos de pesquisa do MCTI às políticas federais e a constituição da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial -Embrapii (a "Embrapa da indústria") estão alinhados com o novo momento.

A formação de recursos humanos está sendo incrementada para satisfazer as necessidades de inovação

nas empresas, a exemplo do programa Ciência sem Fronteiras.

Em razão dos elevados riscos financeiros, o governo federal vem partilhando custos das atividades de inovação tecnológica com as empresas por meio de subvenção econômica, fomento a projetos em parceria universidade-empresa e empréstimos com juros subsidiados.

Um dado inquestionavelmente positivo é o consenso existente entre o poder público e a sociedade. Estamos construindo uma política de Estado para ciência, tecnologia e inovação. Ao formar um amplo sistema de produção científica, o Brasil mostrou que sabe transformar dinheiro em conhecimento. Agora, precisamos transformar conhecimento em riqueza.

MARCO ANTONIO RAUPP, 74, é ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação; foi diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e do Parque Tecnológico de São José dos Campos e presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Este artigo foi divulgado anteriormente no jornal Folha de São Paulo. *A equipe do CIÊNCIAemPAUTA esclarece que o conteúdo e opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade do autor e não refletem necessariamente a opinião do site.*